

Frederico Franco Alvim, assessor especial do TSE

“Logramos contar com um corpo interno apto a lidar com esses desafios”

À frente da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) do Tribunal Superior Eleitoral, o analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo Frederico Franco Alvim é um servidor do quadro da Justiça Eleitoral com larga experiência profissional e acadêmica.

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidad del Museo Social Argentino), ele é doutorando em Ciência Política (Universidade de Lisboa), mestre em Direito (Universidade Metodista de Piracicaba) e especialista em Direito Eleitoral (Universidad Nacional Autónoma de México), em Direito e Processo Eleitoral (Universidade Federal de Goiás) e em Poder Judiciário com ênfase em Direito Eleitoral (AVM/EJE-MT).

Entre outras obras, Fred Alvim, como é chamado pelos colegas, é autor de Direito Eleitoral e Partidário (CL Edijur, 2010); Manual de Direito Eleitoral (Fórum, 2012); Curso de Direito Eleitoral (Juruá, 2016); Cobertura política e integridade eleitoral: efeitos da mídia nas eleições (Habitus, 2018); Abuso de poder nas competições eleitorais (Juruá, 2019). Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral (Abradep), ele é professor de Direito Eleitoral e de Teoria do Estado em nível de pós-graduação.

Recentemente, o assessor especial do TSE tem-se dedicado a reuniões com servidoras e servidores da Justiça Eleitoral de todo o país para construir e divulgar uma substancial rede de proteção à reputação do processo eletrônico de votação e da Justiça Eleitoral, a Frente de Enfrentamento à Desinformação (Frente).

No Rio de Janeiro, o webnário da Frente ocorreu em 27 de maio. A curiosidade inicial com que foi recebida a reunião foi aos poucos transformada em motivação, graças à habilidade retórica, segurança e entusiamo dos argumentos com que Fred Alvim defendeu a possibilidade de tornar o corpo técnico dos TREs uma barreira de apoio à Justiça Eleitoral e à democracia brasileira.

São os mesmos valores e objetivos que ele volta a defender nesta entrevista à Justiça Eleitoral em Debate (RJED).

“A gestão reputacional é dever de todo e cada membro da instituição.”

As duas últimas eleições (2018 e 2020) foram marcadas por desinformações sobre o processo eleitoral brasileiro. Servidoras e servidores dos TREs estão preparados para enfrentar esse cenário neste ano?

Frederico Franco Alvim - A Justiça Eleitoral tem há alguns anos investido em capacitação de servidores para o enfrentamento à desinformação, tendo em consideração um cenário de ataques institucionais crescentes. Paralelamente, muitos tribunais regionais têm criado os seus próprios programas e comitês de enfrentamento, elevando, dessa forma, a capacidade de resposta institucional no âmbito de suas respectivas áreas de atuação. A desinformação, nesse panorama, torna-se objeto de preocupação comum entre gestor e servidores e, como consequência dessa confluência de interesses, logramos contar com um corpo interno cada vez mais apto a lidar com esses desafios.

De que maneira a Frente Nacional tem condições de fazer a diferença no combate à desinformação? Em que sentido ela representa um avanço em relação à rede nacional, como ela atua hoje?

Frederico Franco Alvim - Com o engajamento massivo do corpo de servidores, conseguiremos, por um lado, intensificar a execução de nossos planos estratégicos, assegurando que informações corretas sobre o processo eleitoral alcancem toda a população, inclusive no interior; em adição, será possível fazer com que os posicionamentos oficiais apareçam, no debate público, com maior frequência, em mais canais e a partir um número maior de mais vozes. A partir dessa união, fica evidente que, em 2022, a Justiça Eleitoral estará mais forte do que nunca.

O senhor disse, no manual sobre o assunto, que: “O cenário exige um intenso esforço coletivo, iniciado a partir de uma mudança comportamental”. Qual deve ser o papel de cada TRE no incentivo aos voluntários e às voluntárias?

Frederico Franco Alvim - A questão chave, nesse sentido, passa por ampliar a consciência de que o enfrentamento à desinformação não é tarefa reservada, exclusivamente, às servidoras e servidores lotados em setores dedicados à comunicação. Pelo contrário, aposta na disseminação de uma nova cultura organizacional, centrada na percepção de que a gestão reputacional é dever de todo e cada membro da instituição. O fortalecimento dessa cultura, não obstante, deve ser catalisado pelos gestores, que podem, para tanto, estabelecer políticas de incentivo, que gerem recompensas e reservem crédito e reconhecimento às servidoras e servidores que empreendam esforços adicionais, em defesa da credibilidade das instituições eleitorais.

A assessoria que o senhor representa associa a proteção da imagem da instituição ao enfrentamento da desinformação. Mas é possível dizer que outras práticas de relacionamento, como o atendimento de excelência a eleitoras(es), tornaram-se também mais importantes como nunca? Manter o foco num trabalho cotidiano de alto nível ajuda na reputação e, consequentemente, no combate à desinformação?

Frederico Franco Alvim - A busca de fortalecimento institucional é providência urgente, para tornar as instituições eleitorais menos expostas aos efeitos nocivos da desinformação. A partir dessa premissa, é de se ver que o fortalecimento pode decorrer, de um lado, de um processo de construção de confiança e, de outro, da ampliação da satisfação. Sob o prisma da gestão da imagem, a qualidade dos serviços prestados é, sem dúvida, um dado essencial. Logo, em acréscimo a evoluções buscadas no campo da segurança e da transparência, a otimização dos serviços é, igualmente, um ponto que chama a atenção.

“Sob o prisma da gestão da imagem, a qualidade dos serviços prestados é, sem dúvida, um dado essencial.”